

## Prioridade é consolidar moeda estável

Em um mês, o presidente enviará ao Congresso emendas para fazer mudanças estruturais

**Sem choques** — Como no governo Itamar Franco, a estabilização da economia e a derrota definitiva da inflação são prioridades absolutas. Como tem repetido o presidente eleito, a estabilização não é um choque, é um processo que deverá ser completado nos próximos dois anos. Embora a equipe econômica não faça previsões, estima-se que em 1995 a inflação ficará em torno de 20%. A meta é trazer esse percentual para um dígito anual, como nos países desenvolvidos.

A queda da inflação, contudo, não deve implicar em recessão. Fernando Henrique quer estabilização com crescimento econômico e novos empregos. Como a estabilização depende muito do equilíbrio entre receita e despesa da União, ela estará vinculada à aprovação, pelo Congresso, das reformas estruturais (da Previdência, tributária, fiscal, privatização e do Estado). Emendas contendo parte delas Fernando Henrique enviará ao Congresso em 15 de fevereiro.

**Desindexação e salários** — A equipe econômica quer promover a desindexação total da economia no primeiro semestre de 1995, entendendo que a vitória final sobre a in-

flação implica também em acabar com reajustes automáticos de preços. Os indexadores remanescentes que o governo vai eliminar são o IPC-R, que reajusta salários, a Ufir e suas equivalentes estaduais, que protegem os impostos, e a TR, a taxa de juros do mercado financeiro que incorpora a inflação passada.

O IPC-R tem sobrevida legal até 30 de junho, mas até lá o governo pretende completar a desindexação total da economia. A partir daí, os salários serão negociados livremente entre empregados e empregadores, sem interferência do governo, que se limitará a fixar o salário mínimo. A eliminação da TR está diretamente vinculada à desregulamentação gradual do mercado financeiro e será substituída por uma taxa de juros inteiramente desvinculada da memória inflacionária e fixada segundo critérios de mercado.

Quanto à Ufir, seu desaparecimento depende de um ato legal e unilateral do governo. Para acabar com os desindexadores é preciso que, nesse semestre, a inflação mensal fique abaixo de 2%.

**Política cambial** — Sofrerá mudanças logo no início do governo. Estão descartadas a livre conversibilidade e o sistema de câmbio fixo, como o adotado na Argentina, que engessou seu câmbio e hoje não encontra saída para manejá-lo. A paridade de R\$ 1 para US\$ 1 será mantida como teto máximo que o novo diretor do Banco Central, Chico Lopes, avalia que vai demorar dois anos para ser alcançada.

Vai prevalecer o regime de bandas, com faixas de variação da taxa de câmbio. As mudanças na área cambial serão gradativas e acompanhadas por uma ampla desregulamentação do mercado financeiro, como anunciou o novo presidente do Banco Central, Pêrsio Arida, ao ser sabatinado no Senado.

O que Pêrsio Arida não adiantou é se o governo vai anunciar previamente o mínimo e o máximo das bandas. O governo não pretende usar o câmbio como instrumento de proteção ao crescimento das exportações, como aconteceu nos últimos 20 anos. Os US\$ 43 bilhões de reservas cambiais agem contra o dólar, mas o novo presidente já anunciou que vai desonerar de impostos as operações de exportação e reduzir a taxa de juros no crédito à produção para assegurar lucratividade às empresas de exportação.

**BC autônomo** — Fernando Henrique quer acabar com a perniciosa parceria entre a elite política e o governo federal, que tem resultado em emissão descontrolada de dinheiro, pressão sobre a inflação e prejuízos para a população.

Manter o Banco Central independente significa livrá-lo de influências políticas e atribuir a ele o papel desempenhado pelos bancos centrais de países desenvolvidos: o de guardião da estabilidade da moeda.

Já em 15 de fevereiro, Fernando Henrique enviará ao Congresso o projeto do BC independente, responsável pelas políticas monetária e cambial e comprometido com o fim

da inflação. Zelar pelo poder de compra da moeda implica em controlar a emissão de dinheiro, função que o BC vai exercer com autonomia, reforçando o papel da âncora monetária no plano econômico. O novo presidente do BC, Pêrsio Arida, disse que a autonomia não implica em que sua diretoria fique desobrigada de prestar contas à sociedade. Seus diretores terão mandato previamente fixado.

**Bancos estatais** — Fernando Henrique tem planos para acabar com a viciada prática dos governos estaduais de usarem seus bancos para financiar campanhas eleitorais ou cobrir rombos oriundos de má gestão dos recursos públicos. Nos últimos 15 anos o Banco Central, sempre chamado a socorrer os bancos estaduais, tentou seguidamente corrigir os desvirtuamentos dessas instituições. Promoveu liquidações, mas sempre sofrendo pressões de governadores e parlamentares.

A idéia é negociar com os governadores uma solução para cada um deles. Mas o novo presidente do Banco Central já defendeu a alternativa de privatizá-los, afirmando que não vê razão doutrinária para mantê-los vinculados ao Estado. Os casos mais graves são Banespa (SP) e Banerj

(RJ). Os bancos federais — Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal — terão também de promover ajustes e buscar lucratividade. O novo presidente da Caixa, Sérgio Cutolo, já tem pronto um projeto limitando o raio de atuação dessa instituição.



**ABERTURA DE MONOPÓLIOS COMEÇA PELO DO PETRÓLEO**

**Privatização** — Este item será a grande diferença entre os governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Sem os obstáculos impostos pelo primeiro, o programa será acelerado. Já no decorrer de 1995, o governo quer vender a Cia. Vale do Rio Doce, numa operação que pode injetar nos cofres públicos, no mínimo, US\$ 6 bilhões. A privatização vai atingir setores que até agora ficaram de fora, como energia elétrica, transportes e telecomunicações, esse último dependente ainda de emenda à Constituição que acabe com o monopólio estatal.

No setor de energia, a privatização vai começar pelas obras paralisadas em mais de dez usinas hidrelétricas. E na área de transportes serão privatizadas pontes, portos e estradas. Porém, para que o programa avance nesses setores de infra-estrutura é imprescindível a aprovação pelo Congresso da Lei de Concessões Públicas. Diferente do governo Collor, que vendeu estatais em troca das chamadas "moedas podres", Fernando Henrique quer dinheiro vivo em seu governo.

**Reformas** — No dia 15 de fevereiro,

Fernando Henrique encaminhará ao Congresso conjunto de emendas à Constituição que darão o primeiro impulso às reformas (tributária, fiscal, do Estado, da Previdência e patrimonial).

Sem prejuízo da arrecadação tributária, o governo pretende reduzir o número de impostos, principalmente aqueles que hoje são cobrados em cascata (IOF, Finsocial e Cofins), e criar um único imposto nacional que substitua o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Serviços (ISS).

Na reforma tributária, nem tudo depende de emenda constitucional e decisões podem ser implementadas mediante leis complementares ou ordinárias. O presidente eleito já disse que não pretende alterar a distribuição de receita entre União, Estados e municípios, definida pela Constituição de 88, mas que Estados e municípios terão de assumir funções nas áreas de saúde e educação. A União ficará responsável por tarefas de coordenação e ações de caráter nacional. A reforma administrativa será implantada ao longo da gestão de Fernando Henrique e sua meta será recuperar a imagem do funcionalismo público.

**Desenvolvimento** — O crescimento econômico pós-Real se deu, mas sem maiores progressos na geração de novos empregos e investimentos. O grande desafio para 1995 será fazer do Brasil um País atraente para investimentos novos, que abra o caminho para a retomada do desenvolvimento de forma sustentada, ou seja, garantindo que os capitais aqui investidos não serão mais ameaçados por inflação elevada, recessão econômica e outros obstáculos que levaram à fuga de investimento nos últimos dez anos.

A equipe de Fernando Henrique vincula o investimento não apenas à estabilização da economia, mas principalmente à redução do custo de produção. O primeiro passo foi a criação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que reduziu pela metade o custo financeiro de novos investimentos. As próximas etapas serão a reforma tributária e a redução dos encargos trabalhistas. A equipe econômica que permaneceu no governo acha que a retomada do investimento industrial não deve ser dirigida pelo Estado, mas pelo próprio mercado. No que diverge do ministro do Planejamento, José Serra,

**Monopólios** — A idéia é lutar pela flexibilização do monopólio do petróleo. No entanto, é possível que já em 15 de fevereiro Fernando Henrique encaminhe emenda eliminando o monopólio na área de telecomunicações e serviços locais de gás canalizado. Com toda a certeza vai propor também a revisão do dispositivo da Constituição de 88, que veda ao capital estrangeiro a exploração do subsolo brasileiro. Com essa medida, será possível privatizar a Cia. Vale do Rio Doce e atrair investimento para o setor mineral.

Outro objetivo é acabar com a diferença entre empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional, que tem afastado o investimento estrangeiro. Na área de petróleo, a meta é estimular a parceria entre empresas privadas e a Petrobrás.

**Programa social** — É nessa área que o programa de governo de Fernando Henrique é mais vago. Busca formas de atenuar a miséria e a pobreza, mas não contém propostas concretas para que o Estado — seja no âmbito federal, estadual ou municipal — cumpra sua função de atender a uma população que paga impostos e tem direito ao retorno na forma de serviços.

No discurso de despedida do Senado, em que definiu as metas do seu governo, Fernando Henrique anunciou que vai buscar parceria com as Organizações Não-Governamentais, as ONGs, para atacar o drama da fome e da miséria, mas nada propõe para reaparelhar hospitais públicos, garantir segurança à população ou oferecer ensino de qualidade e gratuito, pelo menos no curso básico, como ocorre nos países desenvolvidos.

O Programa de renda mínima, pelo qual as famílias em situação de miséria receberiam R\$ 40 mensais, é meta relevante na gestão de Fernando Henrique, mas a idéia ainda não está madura porque há dificuldades na sua execução. Por exemplo, como distribuir, qual o instrumento de pagamento, e quais os critérios para selecionar as famílias. A intenção seria a de substituir o aparato clientelista corrupto e ineficiente de repasse de verbas sociais para os Estados e municípios.